

## AS MODIFICAÇÕES IMPLANTADAS NO PNLD NA DITADURA MILITAR DE 1964 NO BRASIL E OS IMPACTOS EDUCACIONAIS NO CURRÍCULO ESCOLAR NO ENSINO DE HISTÓRIA.

Heloísa Héliida Silva Macêdo <sup>1</sup>  
Patrícia Cristina de Aragão <sup>2</sup>

### RESUMO

Este presente artigo busca problematizar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e as repercussões dessa política pública no contexto da educação nacional, a partir dos impactos apontados no currículo escolar no período da Ditadura Civil e Militar no Brasil. Nossa proposta é mostrar as implicações submetidas ao programa, que é destinado a avaliar e a disponibilizar materiais didáticos, pedagógicos e literários, entre outros materiais de apoio à prática educativa, se estabelecendo de forma sistemática e gratuita. O acesso ao PNLD se vincula às escolas públicas de educação básica das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal; e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas com convênio do Poder Público. Foi importante entrar em vigor as alterações que causaram no processo educacional brasileiro e identificar os desafios enfrentados pelo corpo docente mediante o uso dos livros didáticos, selecionado pelo Programa. Metodologicamente, partimos de uma pesquisa relacionada à Legislação Educacional do período estudado, bem como tivemos acesso às propostas curriculares durante a Ditadura Civil Militar, o que possibilitou discutir a temática trabalhada. Foram feitos levantamentos dos conteúdos que eram abordados nos livros didáticos de História e também quais foram as restrições feitas devido ao processo de censura os quais os livros eram submetidos. Obtivemos considerações importantes perante às modificações implantadas durante o governo, como a introdução da Educação Moral e Cívica para os alunos do 1º e 2º grau e também a modificação do objetivo da disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSP), que tornou-se a prática do culto à pátria e aos valores do Regime.

**Palavras-chave:** PNLD, DITADURA CIVIL MILITAR, LIVROS DIDÁTICOS, LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.

### INTRODUÇÃO

Os métodos avaliativos no que se refere na análise das propostas do Programa Nacional do Livro Didático, refletem sobre as numerosas políticas e problemáticas no Ensino de História, enfrentadas sobretudo na forma e estruturação de conteúdos que serão transmitidos para os

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, Extensionista do Projeto de Extensão História e Art-E, Extensionista do Projeto de Extensão Núcleo de Pesquisa sobre Linguagens Contemporâneas - NUHLC, [helioisa.helida@aluno.uepb.edu.br](mailto:helioisa.helida@aluno.uepb.edu.br);

<sup>2</sup> Doutora em Educação, Coordenadora do subprojeto de História do Programa Residência Pedagógica da UEPB campus I, [patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br](mailto:patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br).

alunos e os impactos sociais vinculados à comunidade escolar. Para tanto, revisar as propostas do PNLD, objetivando entender quais foram os objetivos do Ministério da Educação e do governo vigente do período o qual está sendo estudado e, principalmente, observar o andamento desses conteúdos, contribui para o debate dos saberes historiográficos contidos nos materiais didáticos. Neste trabalho, serão vistos alguns impactos que foram submetidos ao PNLD durante o período da Ditadura Civil Militar de 1964 no Brasil e o que foi imposto neste programa voltado para produções historiográficas, assim como o entendimento e o funcionamento da Legislação Educacional durante o regime militar, para poder compreender qual o objetivo do Programa Nacional dos Livros Didáticos na seleção dos conteúdos. Além disto, foram feitos levantamentos acerca do currículo escolar atrelado às políticas educacionais vigentes do regime militar no Brasil. Para a contribuição da elaboração deste trabalho, pesquisadores como Caio Navarro de Toledo (2006), Marcos Napolitano (2021), Daniel Aarão Reis (1990) e Rodrigo Patto Sá Motta (2014) foram essenciais para a construção os referenciais teóricos.

De forma geral, O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) pretende dialogar com o currículo escolar, no sentido de dispor os materiais para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem na prática docente. As escolas públicas de educação básica das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal; e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o Poder Público podem e devem ter acesso a este programa. Contudo, esse setor educacional absorve os inúmeros impactos sociais e as adaptações que são feitas e implementadas mediante o governo que está em vigência no momento. Neste sentido, ao analisar o recorte histórico do período da Ditadura Militar de 1964 é necessário compreender o contexto político da época, as propostas governamentais e o que a situação econômica do país propunha seus investimentos na educação brasileira.

Durante a Ditadura Militar, o PNLD, juntamente com as propostas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), passou por modificações extremamente importantes, que direcionou os próximos procedimentos da educação brasileira:

1966 - Um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) permite a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted), com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. O acordo assegurou ao MEC recursos suficientes para a distribuição gratuita de 51 milhões de livros no período de três anos. Ao garantir o financiamento do governo a partir de verbas públicas, o programa adquiriu continuidade.



1970 - A Portaria nº 35, de 11/3/1970, do Ministério da Educação, implementa o sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL).

1971 - O Instituto Nacional do Livro (INL) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros até então a cargo da Colted. A contrapartida das Unidades da Federação torna-se necessária com o término do convênio MEC/Usaid, efetivando-se com a implantação do sistema de contribuição financeira das unidades federadas para o Fundo do Livro Didático.

1976 - Pelo Decreto nº 77.107, de 4/2/76, o governo assume a compra de boa parcela dos livros para distribuir a parte das escolas e das unidades federadas. Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) torna-se responsável pela execução do programa do livro didático. Os recursos provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contrapartidas mínimas estabelecidas para participação das Unidades da Federação. Devido à insuficiência de recursos para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, a grande maioria das escolas municipais é excluída do programa.

1983 - Em substituição à Fename, é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorpora o Plidef. Na ocasião, o grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos livros didáticos propõe a participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa, com a inclusão das demais séries do ensino fundamental.

1985 - Com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o Plidef dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que traz diversas mudanças, como:

- Indicação do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias;
- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.

(BRASIL. Ministério da Educação. PNLD, 2021).

A partir do ano de 1966, as propostas vinculadas ao PNLD submeteram-se a um cenário educacional vinculado aos governos autoritários do regime militar. Portanto, as informações acima, obtidas no site do MEC, condiz com o fato dos conteúdos e das ideologias propagadas servirem de reflexo aos interesses políticos vigentes da época, sobretudo quando o caráter político vai de encontro aos interesses das classes das elites dominantes. Toledo (2006) confirma que muito do que está sendo dito e escrito sobre a Ditadura Civil Militar posterior a

1964, estão mais relacionados aos fatores econômicos, políticos, culturais e sócio-históricos, do que a violência, a censura, a antidemocracia e os movimentos sociais com a população brasileira. Contudo, muitos dos materiais didáticos produzidos na época de 1964 até o pós 1985, foram censurados ou até mesmo agregando outras nomenclaturas e sugerindo outros temas para abordarem sobre o regime militar, sendo estas distintas acerca do que se entende por um governo autoritário. Caio Navarro de Toledo (2006) afirma sobre o porquê desses conteúdos não serem dados de forma legítima, principalmente não enfatizando que iam contra o regime. Outrora, tudo gira em torno das políticas de interesses e apologias que iam de encontro ao regime civil militar. Sendo assim,

na literatura política e historiográfica sobre 1964, destacando-se como obras relevantes do ponto de vista científico e intelectual, apenas aquelas que tem um claro e ineludível sentido crítico. Ao contrário dos textos apologéticos ou comemorativos, somente os trabalhos (livros e revistas) que questionaram abertamente o golpe político-militar e a ditadura militar têm sido bem-sucedidos editorialmente. No ainda restrito mercado editorial brasileiro, são as obras de orientação crítica ou progressista que têm alcançado um público leitor mais significativo. Assim, logo após o golpe, foram os livros e revistas da editora Civilização Brasileira – graças ao arrojo e à coragem intelectuais de Ênio Silveira – que alcançavam reedições e sucesso de venda, não os panfletos e livros largamente financiados por empresários e pela Embaixada norte-americana. (TOLEDO, 2006, p.31).

Ademais, muito do que se foi produzido durante a Ditadura Militar, sob as propostas do PNLD, levam em consideração o ano em que o livro foi publicado pela editora e o ano em que foi produzido. Os próprios editais do PNLD possuem duas fases principais, a primeira é marcada pela candidatura dos livros para avaliação e posterior liberação da listagem dos indicados, a segunda é a fase na qual os professores a partir dessa listagem escolhem quais livros utilizarão em suas salas de aula. (MATOS; SENNA, 2021).

No que se antecede à Ditadura, os veículos educacionais e as escolas eram instituições extremamente conservadoras. Os debates filosóficos e pedagógicos foram banidas na medida em que o autoritarismo do regime militar se apoderou das escolas. A educação como um caminho para a emancipação social e para formar sujeitos não alienados, visto nas propostas educacionais de Paulo Freire, foi proibida. Por muitos anos, a ditadura estimulou a autoridade incontestada da figura do professorado. Além disso, as direções escolares eram nomeadas pelos políticos locais, reforçando o controle ideológico sobre currículos e a vigilância contra as

práticas docentes.

No cotidiano das escolas, o comportamento dos alunos eram feito a partir de avaliações e questionários que valiam pontuações extras, para àqueles que participassem de atividades cívicas e extra-curriculares. A entoação do hino e o hasteamento da bandeira tornaram-se obrigatórios nas escolas públicas e particulares. Muitas dessas práticas tornaram-se tão difundidas e naturalizadas, que permanecem até os dias atuais. Sem sombra de dúvida, toda a estrutura escolar redesenhada pelo regime ditatorial contribuiu para desestimular o senso crítico e inculcar valores como obediência e respeito à hierarquia. Todos esses procedimentos se desenvolveram em conteúdos legitimadores da Ditadura Militar, tais como as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e de Organização Social e Política do Brasil (OSPB).

## **METODOLOGIA**

A metodologia deste presente trabalho gira em torno das pesquisas documentais encontradas do site do gov., acerca do Programa Nacional do Livro Didático no período da Ditadura Militar. Contudo, foram feitos levantamentos sobre as principais mudanças ocorridas durante o regime, com informações retiradas do site do Ministério da Educação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir das perspectivas vinculadas às análises feitas do Programa Nacional do Livro Didático no período do regime militar, constatou-se as enormes feitas diante do caráter moral e cívico do período entre 1964-1985. A educação brasileira mostrou-se em um cenário extremamente conturbado e foi profundamente afetada diante da perseguição de professores e educadores. Muitos foram calados, expulsos, assassinados, presos e exilados. Com isso, os governos militares autoritários abriram lacunas para a aplicação de suas políticas educacionais, que possuíam dois grandes objetivos: o primeiro era a formação da mão de obra adequada ao modelo econômico dos militares. O segundo era a difusão de uma ideologia que dialogasse com o regime, começando por impor aos jovens um padrão de comportamento. Estes aspectos se interligavam e refletiam diretamente nos objetivos do PNLD da época, pois a maneira rígida de transmitir as disciplinas, de produzir os materiais didáticos e transmitir os conteúdos escolares

poderiam fortalecer a obediência social no ambiente de trabalho e promover o aumento da produtividade na economia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise historiográfica do Ensino de História e das propostas deste ensino vinculadas ao PNLD, abrange inúmeros elementos que não se limitam somente às produções dos materiais didáticos acessos nas escolas de ensino básico. É essencial observar o cenário social e político em que estes materiais estão inseridos, levando em consideração os elementos socioculturais no dia a dia da comunidade escolar. Vale salientar que, como dito anteriormente, o Programa Nacional do Livro Didático e os impactos causados na educação durante o regime, refletiu posteriormente no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes ao ser imposto a educação moral e cívica da época, transmitidas pelas disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), comentadas anteriormente. Ainda assim, os conceitos sobre Ditadura Militar estão sendo bastante discutidas diante da sua legitimidade nos últimos anos. Desde já, é de extrema importância atentar para os desdobramentos e apologias também feitas nestes últimos anos de mandatos governamentais e federais no Brasil, que defenderam o retorno ao regime militar, que agridem diretamente a representatividade do Estado Democrático de Direito e não obedecem os direcionamentos presentes na Lei 14. 197, revogada no ano de 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

Desde já, agradeço imensamente à oportunidade vinculada ao IX CONEDU, que permitiu submeter este presente trabalho e que foi construído a partir dos levantamentos obtidos dos capítulos do meu trabalho de conclusão de curso. Os estudos acerca do PNLD e das propostas educacionais surgiram a partir da escolha que fiz ao analisar os livros didáticos no meu trabalho, e confesso que estudar livros didáticos e legislações educacionais é uma pesquisa árdua e que exigem análises minuciosas e sistemáticas. Agradeço também à minha co-autora, a professora Patrícia Cristina de Aragão, que contribuiu positivamente na elaboração desta pesquisa com os seus ensinamentos acerca do Ensino de História e seus desdobramentos e adaptações.

## REFERÊNCIAS

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A Legislação na Educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas**. Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010, pp. 306/340.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 193/241.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. São Paulo: Edusp, 2011, pp. 17/57.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao Encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 105/180.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. In. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, V. 9, Nº 20, Jan/Abr 2017, pp. 05/74.

TOLEDO, Caio Navarro de (org). **Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997, pp. 117/133.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. Novos combates pela História: desafios, ensino. Tradução . São Paulo: Contexto, 2021. Disponível em: [https://biblio.fflch.usp.br/Napolitano\\_M\\_3123219\\_NegacionismoERRevisionismo.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Napolitano_M_3123219_NegacionismoERRevisionismo.pdf). Acesso em: 25 out. 2023.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: **Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo**. Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, 2004, p.27-48.



MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **Estado, editoras e ensino: o papel da política na produção, avaliação e distribuição dos livros didáticos de História no Brasil (1938-2012)**. Revista História Hoje, São Paulo, Brasil, v.2 n.4, e-ISSN: 1806-3993, 2013.